

PENÉLOPE

FAZER E DESFAZER A HISTÓRIA

PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL — Nº 11 • 1993

DIRECTOR
A. M. HESPAÑHA

REDACÇÃO

Álvaro Ferreira da Silva (FE-UNL); Amélia Aguiar Andrade (FCSH-UNL); António Costa Pinto (CEHCP-ISCTE); António M. Hespanha (ICS); Bernardo Vasconcelos e Sousa (FCSH-UNL); Carlos Fabião (FLL); Fernando Rosas (FCSH-UNL); Helder A. Fonseca (UE); José Manuel Sobral (ICS); Luís Krus (FCSH-UNL); Luís Ramalhosa Guerreiro; Mafalda Soares da Cunha (UE); Maria Alexandre Lousada (FLL); Nuno Gonçalo Monteiro (ICS); Nuno Severiano Teixeira (UE/UCP); Rui Ramos (ICS); Valentim Alexandre (ICS); Vítor Serrão (FLUC); Secretária da Redacção: Dulce Freire

Propriedade do título: Cooperativa Penélope. Fazer e Desfazer a História
Subsídios à Redacção da J.N.I.C.T. e S.E.C.

Os originais recebidos, mesmo quando solicitados, não serão devolvidos.

Na capa: Almada Negreiros in Silva Tavares, *Roteiro da Mocidade do Império*, Lisboa, Divisão de Publicações e Bibliotecas, Agência-Geral das Colónias, 1938, p. 23. Cortesia da Livraria Histórica e Ultramarina e do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Lisboa.

© EDIÇÕES COSMOS
e Cooperativa Penélope

Reservados todos os direitos
de acordo com a legislação em vigor

Capa
Fotolitos e Impressão: Joerna
Impressão e acabamentos: EDIÇÕES COSMOS

1ª edição: 28 de Maio de 1993
Depósito Legal: 49152/91
ISSN: 0871-7486

Difusão

LIVRARIA ARCO-ÍRIS

Av. Júlio Dinis, 6-A Lojas 23 e 30 — P 1000 Lisboa
Telefones: 795 51 40 (6 linhas)
Fax: (1) 796 97 13 • Telex 62393 VERSUS-P

Distribuição

EDIÇÕES COSMOS

Rua da Emenda, 111-1º — 1200 Lisboa
Telefones: 342 20 50 • 346 82 01
Fax: (1) 796 97 13

Um Olhar Português sobre o Regime de Vichy

Helena Pinto Janeiro

Câmara Municipal de Lisboa

Vichy é frequentemente citado como sendo o regime que — dentro da família dos regimes autoritários/fascistas surgidos no nosso século com a crise do sistema demo-liberal — mais semelhanças apresenta com o salazarismo. No entanto, a história comparada entre os regimes de Pétain e de Salazar está ainda por fazer¹.

Este artigo não pretende, contudo, proceder a uma análise comparada dos dois regimes, mas antes apresentar as conclusões de um estudo monográfico, elaborado a partir dos artigos de opinião de um matutino lisboeta da época, o *Diário da Manhã* (*DM*), entre Junho de 1940 e Dezembro de 1942². O período cronológico escolhido permite-nos avaliar a evolução do jornal desde o pedido das condições do armistício aos alemães pelo Governo Pétain, a 17 de Junho de 1940, até à ocupação da totalidade do território francês pelos alemães, em 11 de Novembro de 1942 — após a qual o Governo, sediado na conhecida estância termal francesa de Vichy, se transforma num governo-fantoches.

Sendo um jornal oficioso — é o órgão da União Nacional (UN) —, dá-nos uma ideia da visão que ao salazarismo interessava publicamente transmitir acerca da realidade francesa, na linha das directivas do próprio Salazar às Comissões da União Nacional de Lisboa sobre os fins e necessidade da propaganda política: fazer propaganda é, advoga o presidente do Conselho, a combinação perfeita de informação com formação política³. Numa época em que a União Nacional sofre um progressivo esvaziamento de funções, a propaganda política (nomeadamente através do seu órgão na imprensa diária) surge como o espaço de intervenção possível do partido no seio do regime⁴.

É preciso não esquecer, por outro lado, que a propaganda política salazarista durante a II Guerra teve que se mover num terreno muito agitado pela guerra das propagandas levada a cabo por ambos os campos beligerantes no nosso país, numa batalha pela opinião pública a que o Estado Novo não teve como se opor⁵. A neutralidade do regime (que, ao longo do período considerado, passou de discretamente anglófilo a mais permeável a temas germanófilos⁶) constituiu terreno fértil para a implantação das máquinas de propaganda de ambos os campos em guerra. Neste contexto, ao pendor oficioso do *DM* há que juntar a sua posição germanófila, a que não são alheios os subsídios que recebeu dos alemães entre 1936 e 1944⁷.

Antes de mais, interessa-nos saber se o jornal reconhece a legitimidade de Vichy enquanto regime autónomo e, em caso afirmativo, determinar qual o grau de interferência alemã na governação francesa, presumida pelo *DM* — sem esquecer o modo como este avalia a natureza das relações entre a França livre e a França ocupada (e entre aquela e os alemães). Um segundo núcleo de questões tem mais a ver com a utilidade do regime francês para o discurso ideológico do órgão da UN. Veremos como é integrado Vichy no contexto europeu e, nomeadamente, no português e, sobretudo, o que o jornal enfatiza, silencia ou deturpa acerca da teoria e da prática política de Vichy. Tendo estes objectivos em mente, analisaremos o espaço dedicado ao regime de Pétain pelo jornal; os aspectos que merecem destaque e os que são secundarizados ou pura e simplesmente omitidos; os valores defendidos e negados, bem como os respectivos processos de caracterização; o grau de autonomia do discurso em relação às fontes de informação; e as semelhanças e as diferenças em relação a temas e métodos de outros meios de propaganda do Estado Novo — sem esquecer o espaço que a informação e o comentário político logram manter no matutino mais marcadamente ideológico de Lisboa durante a guerra.

1. Como se Reescreve a História: Heroísmo, Prazer e Democracia

Na análise da história francesa, os artigos de opinião do jornal em estudo operam sistematicamente um corte entre os períodos anterior e posterior à derrota face aos alemães em Junho de 1940. À semelhança do que acontece com outros meios de propaganda do Estado Novo⁸, este jornal serve-se da história francesa (que integra na história mundial e compara com a portuguesa) para fins ideológicos. A história, tanto a recente como a longínqua, é reescrita à luz da derrota militar, através de uma distorção do discurso tanto mais evidente quanto é notória a mudança de tom entre os artigos do início de Junho e os que se seguem ao pedido das condições de armistício aos alemães pelo Governo de Pétain.

Após a consumação da «derrocada», através da assinatura do armistício franco-alemão — com condições draconianas para a dignidade francesa, nomeadamente a ocupação da metade mais rica do seu território pelos alemães —, o jornal deixa subitamente de acreditar na «gesta do heroísmo francês», que ainda uns dias antes proclamara⁹, e já não tem dúvidas em afirmar que a derrota era perfeitamente previsível, apresentada como o inevitável — e óbvio — desenlace do demo-liberalismo¹⁰. Os princípios da Revolução Francesa, encarnados pela coligação de forças de esquerda que, sob o lema «Pão, Paz, Liberdade», chegou ao poder em França entre 1936 e 1938 — a Frente Popular — e, em geral, pelas democracias europeias de entre guerras, são responsabilizados pela derrota. A democracia — afirma-se no dia em que a convenção de armistício foi assinada — «acumula tais erros, procede com tal imprudência, origina tais problemas insolúveis que prepara, às nações onde se instale e domine por algum tempo, as mais dolorosas catástrofes. Bem o reconhece agora a França — nesta hora em que sobre o seu território mal defendido se estende a calamidade terrível de uma invasão sem diques!»¹¹.

A subordinação da história a juízos de valor para fins políticos, faz com que a narrativa da história se divida em boa e má. A negação dos valores dos outros (os maus) é um processo de caracterização muito frequente aos discursos nacionalistas¹² e, nomeadamente, ao discurso de propaganda do Estado Novo¹³. Não é consequentemente de estranhar que a maioria dos artigos de opinião do *DM*, na caracterização que faz de Vichy, negue uma série de valores opostos simultaneamente aos do novo regime francês e ao salazarismo: em síntese, todos os valores do sistema demo-liberal.

À liberdade, o jornal contrapõe os valores da ordem, da hierarquia e da disciplina, enquanto à igualdade prefere a desigualdade humanamente organizada. Ambos os ideais teriam conduzido à anarquia, escondendo intuitos inconfessáveis por parte de quem os advogava. A este idealismo — tido ora por ingénuo ora por criminoso — são contrapostas as liberdades individuais e colectivas, concretas e no plural, só possíveis através da instauração da ordem. A soberania popular, decorrente da igualdade e da liberdade, é objecto de uma análise igualmente céptica e pragmática, concluindo-se pelo seu alegado carácter mitológico.

Ao sistema parlamentar é passado um atestado de decrepitude, demagogia, parasitismo, facciosismo, incompetência e corrupção, males que teriam minado todas as estruturas sócio-económicas, bem como o próprio patriotismo. Juntamente com o parlamentarismo, nega-se o laicismo, a maçonaria, a venalidade eleitoral, a desordem social. Esta última é frequentemente apontada como fruto da ruína da família e das outras instituições: a escola, o exército — seriamente debilitado na sua força e prestígio pelo pacifismo —, a administração pública e, inevitavelmente, o sistema político.

E, como expressão última do mal, encarnado pelo demo-liberalismo, o *DM* apresenta-nos o desregramento moral. Pois não é «a lei do menor esforço, ventre fecundo das facilidades, negligências e imprevidências que dessoram as democracias e agravam os vícios congénitos do socialismo»? A frivolidade, o amoralismo e a literatice são comparados a «parasitas insaciáveis, apegados ao tronco robusto da França»¹⁴. Associados ao combate à amoralidade, são negados valores e realidades como o comodismo, voluptuosidade, facilidade, egoísmo, materialismo, libertinagem, devassidão, o amor-livre, o deboche, o gozo, a elegância, o luxo, o optimismo, a irresponsabilidade, a corrupção, a hipocrisia, a tibieza e a desordem. O sistema demo-liberal, ao promover valores como a igualdade e a liberdade, ter-se-ia transformado numa autêntica orgia, arrastando consigo a degenerescência de todas as instituições e, no limite, das próprias história e essência da nação francesa.

No seguimento do balanço das causas da derrota francesa efectuado por Pétain no seu célebre discurso de 20 de Junho de 1940 («Depuis la victoire [de 1918] l'esprit de jouissance l'a emporté sur l'esprit de sacrifice. On a revendiqué plus qu'on a servi. On a voulu épargner l'effort; on rencontre aujourd'hui le malheur»), a tónica é, assim, colocada pelo jornal na questão moral. Esta frase de Pétain é a mais citada e glosada pelo *DM*, servindo de mote a uma reescrita do passado longínquo e recente dos

povos. A história é contada aos leitores de uma forma pedagógica, através de uma simplificação grosseira e (pretensamente) ingénuas, que a aproxima de uma fábula. O corolário desta lógica moralista é que o prazer é o outro nome da democracia.

2. A Nova Ordem Constitucional e os Seus Protagonistas

Em meados de Junho de 1940, o marechal Pétain assume a presidência do Conselho francês para pedir aos alemães as condições do armistício e, apenas um mês depois, recebe da Assembleia Nacional plenos poderes constituintes, naquele que constituiu o último e mais polémico acto da III República.

Na semana anterior à atribuição de poderes constituintes a Pétain — que concentra na sua pessoa os poderes executivo e legislativo —, comenta-se já que a futura constituição «será ousada, moderna, terá em conta a defesa da família e das profissões e restituirá ao Estado a sua autoridade e prestígio», acrescentando-se que se descortina «o sentido das mudanças de ideias, sentimentos e fórmulas, a que a derrota arrastou a França, obrigando-a pela necessidade de resolver gravíssimos problemas políticos, económicos e sociais, a romper com o velho formalismo rotineiro, democrático, e a seguir o exemplo de outros países que há mais tempo reconheceram e repudiaram os erros e vícios do demo-liberalismo, antecipando, neste campo, o determinismo saneador da guerra»¹⁵. É óbvia a referência à influência do exemplo português nos princípios constitucionais franceses¹⁶.

Mas nem todos os artigos são tão simplificadores da realidade. É o caso da crónica de acontecimentos internacionais de 14 de Julho¹⁷, onde, bastante lucidamente, se duvida da sinceridade — e também da eficácia — da revolução nacional francesa. Na raiz desta última estariam duas motivações: por um lado, a «consciência plena de inteira e irrevogável falência da democracia» e, por outro, a «convicção da necessidade de sacrificar aos deuses do vencedor».

De facto, o «alinhamento das instituições» empreendido é apresentado como a reacção natural de rejeição do sistema tido como responsável pela «angústia do presente». Por outro lado, tratar-se-ia de uma óbvia manobra política de sobrevivência, compreensível porque vinda de um país com metade do seu território submetido a uma ocupação estrangeira. Deste modo, e ao contrário dos artigos de opinião mais marcadamente ideológicos, o cronista chega ao ponto de afirmar textualmente que «ao nacionalismo profundo de uma França ressurgida, forçosamente há-de ser antipática a adaptação das instituições do vencedor». Por outro lado, é visto como pouco provável que a Alemanha se comova com a reviravolta institucional francesa, pois «não ganhou a Alemanha a guerra para perder a paz, simplesmente porque os vencidos lhe assimilam, numa certa medida, a fórmula da sua política interna. Com ou sem Parlamento, com ou sem democracia, a França terá de pagar o preço da derrota».

É de assinalar que, independentemente das motivações que lhe são atribuídas, a «revolução nacional» é aqui apresentada como uma iniciativa francesa e não como uma imposição alemã, o que revela como os contemporâneos destes acontecimentos

tinham a noção — correcta — do que estava em jogo na evolução da política interna francesa. Para além disso, é sublinhado o facto de a Alemanha se mostrar bastante indiferente a essa mesma política, já que, como a historiografia recente tem demonstrado, uma França como potência sua associada na construção de uma nova ordem europeia não constava dos planos alemães.

Vencedor de Verdun, salvador da pátria, pai providencial, o velho marechal que protagonizou o novo regime francês — por si pensado à imagem e semelhança do Estado Novo de Salazar — dispunha de uma aura mítica¹⁸ que o colocava acima do estigma de co-responsabilidade na desgraça da França, que impedia sobre os restantes políticos franceses. Daí que a opinião expressa pelo *DM* em relação aos protagonistas do novo regime opere uma distinção muito acentuada entre Pétain e os restantes membros do seu Governo: «A colaboração dum grande número de responsáveis pelo desastre na nova governação não é certamente de molde a inspirar uma inteira confiança na aplicação de novos princípios, que aliás tinham já anteriormente em França numerosos adeptos isentos de responsabilidades na orgia demagógica que a conduziu à derrocada»¹⁹.

O delfim de Pétain, Pierre Laval, é um desses políticos que o *DM* responsabiliza pela alegada demagogia da última década da III República e que, num novo volta-face da sua já longa carreira política, se transformou numa das figuras dominantes do regime autoritário e nacionalista de Vichy. Laval é considerado o colaborador por excelência, representando no Governo o *lobby* pró-alemão, ao qual Pétain, valorosa mas ingloriamente, tentaria resistir²⁰. Quanto a Darlan — o almirante que a 10 de Fevereiro de 1941 substituiu Laval como «delfim» até Abril do ano seguinte, tendo mais tarde passado à dissidência — é alvo de uma abordagem prudente e ambígua²¹.

3. As Relações Franco-Alemãs e Franco-Nipónicas

O modo como o *DM* encara as relações franco-alemãs é, obviamente, fulcral para compreendermos o juízo que o jornal faz da legitimidade do regime de Vichy. Contudo, o tema da colaboração franco-alemã é geralmente subestimado em favor de uma apreciação ideológica grosseira das virtudes dos regimes autoritários. Lendo o jornal, parece evidente que a França tenha emendado a mão, convertendo-se às virtudes dos regimes autoritários. À excepção de raros artigos²², não é geralmente equacionada a questão do quanto essa mudança teria (ou não) a ver com a ocupação alemã. Por outro lado, a divisão do território francês em duas zonas e a consequente ocupação alemã numa delas raramente merecem comentários.

De igual modo, não é dada a devida importância às consequências negativas, para as relações bilaterais, de medidas como a expulsão de milhares de lorenos que escolheram permanecer cidadãos franceses, em Novembro de 1940, na sequência de medidas discriminatórias anteriores. Embora não deixe de reconhecer os «fortes prejuízos para os interessados» que «a expulsão de importantes massas de habitantes não deixam de implicar», o jornal aprova essa política de supressão das minorias. Ou seja: dá-se uma no cravo e outra na ferradura, a bem da apologia do entendimento

franco-alemão, «ambicionado por ambas as partes e sem o qual nunca poderá haver paz estável na Europa»²³.

Os moldes desejados para tal entendimento são, porém, bem diversos, consoante se trate da França ou da Alemanha. A tentativa de aproximação à Alemanha, protagonizada por Laval e Darlan, com o intuito de recuperar para a França um papel activo e interveniente na Europa, como nação autónoma, esbarra com a inflexibilidade alemã, sendo avaliada como uma missão impossível²⁴.

Com a ocupação da França de Vichy em Novembro de 1942, após o desembarque aliado no Norte de África, acaba a relativa independência do regime, facto que não merece qualquer comentário do órgão da UN. O *DM* prefere realçar actos isolados de afirmação da independência francesa, como o afundamento da armada francesa em Toulon, a 27 de Novembro. Era a tentativa de «salvar a honra da Bandeira que não capitulara ainda e que, contra tudo e contra todos, fora sempre valerosamente defendida»²⁵, evitando honrosamente quer a confiscação da armada, por parte da Alemanha, quer a sua utilização pelo almirante Darlan que, no Norte de África, se juntara aos americanos.

O caso da «gentil» (*sic*) cedência da Indochina francesa ao Japão merece uma abordagem diversa. A «colaboração» do regime de Vichy com as forças do Eixo no Extremo Oriente é apresentada como inevitável e, ao contrário da colaboração com os alemães, independente da vontade dos franceses²⁶.

4. As Relações Franco-Britânicas e Franco-Aliadas

As relações franco-britânicas não poderiam deixar de se envenenar a partir do momento em que a França assinou o armistício, rompendo assim o acordo franco-britânico de não assinar uma paz separada com a Alemanha. Por outro lado, a França recrimina a sua antiga aliada de não só não lhe ter prestado ajuda militar suficiente, como de a ter abandonado numa altura crucial (a retirada de Dunquerque), queixa expressa por Pétain numa frase em que resume as causas da derrota: «Trop peu d'enfants, trop peu d'armes, trop peu d'alliés».

Os acontecimentos de Mers-el-Kibir (o ataque britânico à frota francesa, como medida de prevenção em relação a uma eventual entrega da frota aos alemães) agravaram os sentimentos antibritânicos dos franceses que, em Dakar, combateram «com mais gosto contra os ingleses do que contra os alemães» — na expressão mordaz do autor da crónica de acontecimentos internacionais de 29/09/40. E isto não apenas devido ao facto de «séculos sucessivos de sedimentação» do ódio ao inglês terem vindo ao de cima, mas também porque, «no fundo, é possível que os franceses dêem graças ao Altíssimo por se lhes proporcionar uma oportunidade de se mostrarem à altura das circunstâncias», numa alusão dupla ao mau desempenho militar (bem como à pressa em capitular), aquando da invasão alemã, e à tentativa de cair nas boas graças dos alemães (mostrando-lhes, através da resistência activa a um inimigo comum, que queriam participar na construção de uma nova ordem europeia). A posição gaulista, de apoio activo à Inglaterra, serviria para acicatar ainda mais, segundo o jornal, o ódio dos franceses ao seu antigo aliado inglês.

O bloqueio marítimo aliado, obrigando a um pesado racionamento, é apontado como mais um factor de ressentimento contra os ingleses. O *DM* esquece — não sem intenção — o facto de a Alemanha desviar a parte de leão da produção francesa para si própria e, conseqüentemente, ser a principal responsável pela penúria dos franceses.

Finalmente, a avaliação dos sentimentos face aos aliados por parte dos habitantes das possessões coloniais francesas no Norte de África é diferente, evoluindo para um forte sentimento de simpatia para com os aliados. Aquando do desembarque aliado em Marrocos e na Argélia, o jornal não deixa de sublinhar «a deficientíssima resistência dos franceses no Norte de África, reduzidos às atitudes individuais e aos gestos isolados que apenas serviram para sublinhar um protesto mais aparente do que real»²⁷.

5. A Situação Económico-Financeira

A situação económico-financeira francesa é apenas a florada ao de leve, deixando em claro o estado absolutamente catastrófico em que a amputação da parte industrializada do território francês pela Alemanha e o pagamento dos «custos» da ocupação alemã deixaram a economia e as finanças francesas. Quanto às consequências sociais que tal facto acarretou, o órgão da UN é completamente mudo, ao contrário de outros jornais portugueses coevos.

A aposta na agricultura é a alternativa económica proposta pelo regime francês, que merece do *DM* um comentário basicamente ideológico e irrealista, ao afirmar que, com o regresso à terra, a França poderia compensar o pesado golpe na indústria pesada desferido pelos alemães²⁸. O abandono dos campos franceses é explicado pelo recuo demográfico e pelo recurso à mão-de-obra estrangeira, que teria ocupado sectores que não devia. Quanto ao acolhimento que o programa governamental de regresso à terra teria encontrado junto da população francesa, o *DM*, na esteira da imprensa francesa (que refere como fonte de informação), avalia-o — incorrectamente — como excelente²⁹. Algo de semelhante aconteceria com as condições materiais, as quais, longe de melhorarem, atingiram um nível de miséria nunca visto. Por outro lado, a organização corporativa portuguesa não deixa de ser apresentada como exemplo do caminho a seguir pela França para levar a bom termo o retorno à terra.

No que diz respeito à situação financeira, o jornal aplaude o novo método de discussão orçamental em França para 1941³⁰, «elaborado e discutido por uma comissão de catorze pessoas responsáveis, representantes dos grandes organismos do Estado, da economia nacional e das diversas profissões». É saudado o «propósito de subtrair por completo o orçamento às influências das oligarquias políticas, responsáveis pela ruína da França». A tónica é colocada no rigor orçamental, garantia de que os dinheiros públicos não seriam desviados pela «multiplicação das despesas parasitárias, destinadas a satisfazer a voracidade das clientelas políticas, à custa do interesse nacional, cujas exigências eram muitas vezes esquecidas ou relegadas para um plano secundário». Mais uma vez o *DM* subestima a análise da situação real da

França, para salientar perante os seus leitores as supostas virtudes teóricas dos regimes autoritários e os malefícios alegadamente intrínsecos ao parlamentarismo.

6. Demografia, Família e Educação

Um dos sinais de fraqueza da França está, segundo o *DM*, no indicador demográfico. A quebra demográfica — problema que vinha de meados do século XIX e que os efeitos devastadores da I Guerra só vieram agravar — era motivo de preocupação para todos os sectores políticos franceses sem excepção, sendo uma das razões apontadas por Pétain para a derrota da França.

A questão demográfica, para além de se manter nas preocupações dos novos governantes como autêntico problema nacional, é acrescida, pelo regime de Vichy, de uma vertente essencialmente moralista. Nas palavras de Pétain — num discurso citado com honras de primeira página —, pretende-se «transformar a fisionomia moral deste país», «estabelecer o primado do espírito de sacrifício sobre o espírito do gozo e dissipação, da fecundidade da família sobre a esterilidade dos lares, do apostolado social sobre o egoísmo burguês»³¹. O combate ao usufruto do prazer individualista inclui a negação dos métodos contraceptivos, do aborto, do amor livre, do eugenismo e das «modas indecentes»³².

A apologia dos valores familiares é acompanhada pela proposta de uma nova educação da juventude, à qual o *DM* dedica alguns editoriais³³, para além de referências esparsas em vários outros artigos. O intuito do jornal é, mais uma vez, pedagógico: apontar um modelo de comportamento para a juventude portuguesa. Na educação desta nova juventude é atribuído um papel de relevo aos professores de história e aos manuais escolares que, após terem alegadamente intoxicado a geração escolar anterior com uma versão falsificada da história, poderiam ajudar à convalescência da alma francesa.

7. Informação e Propaganda

A propaganda é referida pelos artigos de opinião do *DM* apenas esporadicamente e para salientar os malefícios difundidos pela rádio e imprensa francesas no período imediatamente anterior à derrocada. A ausência de controlo superior teria transformado esses meios de comunicação na « projecção de um estado demencial de divisão dos franceses filho da liberdade democrática »³⁴. A anarquia daí resultante teria fomentado uma crise profunda do patriotismo francês.

O controlo das fontes de informação concretizou-se através da nacionalização da agência de notícias *Havas* em Novembro de 1940, saudada com satisfação no mesmo mês pelo *DM*. Nele se dá conta de como a nova *Havas* — crismada de *Office Français d'Information (OFI)* — reconhece as mentiras e omissões que teria cometido no passado, repondo, no caso específico das discussões orçamentais, a suposta verdade dos factos que anteriormente teria deturpado³⁵.

Juntamente com a agência instalada pelos alemães em zona ocupada, a *AFIP* (que será, aliás, controlada pela *OFI* a partir de Outubro de 1942, devido, sobretudo,

aos mais eficazes serviços por esta prestados à causa colaboracionista), e a alemã *Deutsches Nachrichten Nachrichtenburo (DNB)* a *OFI* é peça central na selecção e filtragem da informação passada para a população francesa e para o estrangeiro, Portugal incluído. Não é por acaso que, a par da aprovação explícita do controlo estatal da informação pelo Estado em França, o órgão da UN transcreva extensos comunicados tanto da *Havas/OFI* como da *DNB* nas suas notícias sobre a situação da França de Pétain. Se acrescentarmos ainda o papel da censura — organizada em grande pormenor pelo Governo Darlan, com Paul Marion³⁶ — temos um quadro de controlo da imprensa bastante completo do lado da origem das informações, só restando ao jornal oficioso português citar e glosar, sem qualquer aferição crítica ou busca de outras fontes de informação (ao contrário das reportagens que o *Diário de Notícias* e o *1.º de Janeiro* tiveram o cuidado de incluir nas suas edições).

A rádio, por seu turno, é encarada com um misto de receio e de admiração devido ao poder que o *DM* lhe atribui. Paralelamente ao reconhecimento do poder deste novo meio de comunicação de massas — e das suas vantagens, ao transmitir acontecimentos como as festas do duplo centenário — é aplaudido o controlo da rádio francesa por parte do novo poder, como tendo significado o fim da «mentira, a figura sinistra que precede todas as capitulações, e que refinou em cem anos de civilização liberal»³⁷.

Finalmente, o jornal invectiva o prazer lúdico cultivado por essa propagadora de ficções que é a rádio, sendo o seu fim celebrado como o desmoronamento do ciclo ficcional gerado pela Revolução Francesa. Não deixa de ser curioso que, contrariamente à análise do jornal português, tenha sido precisamente durante o regime de Vichy que a rádio francesa mais desenvolveu a sua função lúdica, como a vertente mais poderosa da manipulação político-ideológica ensaiada pelo regime de Pétain, apesar de, ao contrário do que aconteceu na imprensa, nunca ter conseguido eliminar a concorrência³⁸.

8. Os Excluídos e os Resistentes

A xenofobia tinha vindo a aumentar em França durante os anos 30, devido ao agudizar da crise económica. O lema «A França para os franceses» foi herdado por Vichy, juntamente com os campos de internamento de indesejáveis que a III República tinha já começado a criar. O novo regime, porém, desenvolveu uma nova política de internamento e de repressão.

Em relação à perseguição aos judeus, os artigos de opinião durante a época considerada são completamente omissos. Pelo contrário, são frequentes as notícias que transcrevem comunicados de agências noticiosas referindo a prisão de judeus e o incêndio de sinagogas em França, como consequência de actividades alegadamente criminosas e antipatrióticas pelas quais seriam responsáveis. Tais notícias geralmente têm por título expressões como «limpezas», pressupondo, portanto, que haveria algo sujo ou impuro nos judeus. Porém, à parte títulos deste teor a encimar comunicados de agências noticiosas estrangeiras, o órgão da União Nacional abstém-se de aprovar explicitamente a perseguição aos judeus.

O mesmo já não acontece em relação à perseguição dos estrangeiros, que o *DM* não tem dúvidas em aprovar explicitamente. Na mesma linha são criticadas as leis de imigração e naturalização que, a seguir à I Grande Guerra, foram publicadas em França, como tentativa de ultrapassar a quebra demográfica. Como consequência, afirma o editorial de 14 de Setembro de 1940, «aquele país passou a ser o refúgio dos indesejáveis de toda a Europa e muitos destes não tiveram qualquer dificuldade em adquirir a nacionalidade francesa, invadindo de preferência as profissões mais lucrativas, de que estão agora a ser banidos pela acção saneadora do Governo do Marechal Pétain»³⁹. Os estrangeiros são igualmente culpabilizados pelo desemprego que afecta os franceses, muito embora se reconheça, contraditoriamente, que aqueles ocupam, as mais das vezes, postos que os nacionais não querem aceitar.

Outro grupo fortemente atacado por Vichy — no que é apoiado pelo *DM* — é a Maçonaria, responsabilizada pela subversão dos professores, pela falsificação dos factos históricos nos compêndios escolares, bem como pela «feudalização» do Estado. Estreitamente ligados à Maçonaria estariam os marxistas e os comunistas, que, segundo o mesmo editorial, formariam uma «coligação maçónico-comunista», destinada a fazer abortar a revolução nacional de Pétain⁴⁰.

Finalmente, e a engrossar o rol dos rejeitados pelo mesmo jornal a propósito de Vichy, podemos encontrar os «partidos políticos sem clientela política mas sedentos de desforra [e] funcionários ligados a uma ordem de coisas de que eles eram os beneficiários e os dominadores». Todos eles são combatidos pelo *DM* com um fim específico: lembrar aos leitores portugueses que, também em Portugal, tais perigos existem: «Os adversários da ordem nova francesa são da mesma espécie demoliberal que afrontou e ainda hoje pretende afrontar a ordem nova portuguesa. Maçonaria, partidos, comunismo são aves da mesma plumagem que, por instintiva atracção natural, tendem a agrupar-se»⁴¹.

Quanto às resistências internas com que o regime de Vichy teve que se defrontar, as referências, anteriormente a 1942, são quase inexistentes, não só porque tal não interessava aos propósitos essencialmente utilitários do jornal mas também porque, durante o período considerado — a primeira fase do regime —, ela teve uma expressão muito reduzida. São, no entanto, tecidos comentários à resistência de De Gaulle. A crónica de acontecimentos internacionais de 9 de Fevereiro de 1941 apresenta-o como um aventureiro romântico que salvou a honra da pátria francesa, enquanto Pétain, pelo trabalho, se dedicava à reconstrução da França. Esta dupla dava à França a vantagem de «jogar em dois tabuleiros»: Pétain «representava a corrente do bom-senso médio que entendia ser a altura de iniciar a obra de reconstrução, fazendo tábua rasa do passado e trabalhando activamente, na medida em que as circunstâncias o consentiam», ao passo que De Gaulle «simbolizava a aventura romântica daqueles franceses que se não queriam declarar vencidos e não aceitavam como definitivo e irrevogável o veredito da grande batalha que se perdera»⁴².

9. As Lições e os Valores da Boa História

Na maioria dos artigos de opinião do *DM* após a assinatura do armistício encontra-se, implícita ou explicitamente, um tom pedagógico em relação aos leitores portugueses. A sua pedagogia organiza-se fundamentalmente em torno de duas ideias-chave: 1) a derrocada francesa nunca teria acontecido se o exemplo português tivesse sido adoptado a tempo e horas (é a lição portuguesa); 2) o desaire francês é o exemplo acabado dos males que as paixões partidárias podem trazer ao país que as admita no seu seio (é a lição francesa).

Portugal é geralmente apresentado como um doente atempadamente curado das maleitas democráticas⁴³. A cura precoce — ou redenção, como também é chamada — terá dado ao nosso país uma posição privilegiada e exemplar, que lhe permitiu ostentar grandiosas comemorações, como a Exposição do Mundo Português, enquanto o resto da Europa — e muito particularmente a França — sofria humilhações e guerra por não se ter livrado a tempo da democracia.

Por outro lado, Vichy seria a confirmação de que todo o regime que assenta as suas bases contra a democracia — nomeadamente o português — estava no caminho certo. O conjunto de valores em que ambos assentam são alvo de uma extensa enunciação, que inevitavelmente contrapõe os «bons» aos «maus» valores. À recusa do prazer, propõe-se o sacrifício; à facilidade, a vida dura; à diluição da autoridade e da chefia, a apologia desses valores; à ociosidade, o trabalho; à anarquia, a disciplina; à liberdade teórica, as liberdades individuais; à soberania popular, a obediência; ao amor livre e concupiscência, a harmonia familiar; à igualdade impossível, uma razoável justiça social; ao capitalismo selvagem, a organização corporativa; às palavras e promessas, factos e realizações concretas; ao vazio de valores religiosos, uma fé incentivadora de todos os sacrifícios.

Trata-se de uma «revolução da ordem», que é também batalha e trabalho, sacrifício, tenacidade, confiança, disciplina, patriotismo, providência, enfim, fiel cumprimento dos deveres cívicos em todos os campos da vida individual e colectiva⁴⁴. De igual modo, e porque encontra maior justificação para se actuar na recusa de realidades que são o seu negativo, a nova ordem implica uma «redenção de culpas» e «emenda de erros»⁴⁵, uma etapa de purificação de todos os valores que se lhe opõem — purificação que justificaria inclusive o uso da força⁴⁶. Só depois dessa etapa passada, a França — e Portugal — poderiam enveredar pelo «caminho da regeneração»⁴⁷, significativamente apresentado como uma autêntica «ressurreição»⁴⁸.

10. Conclusões

Os artigos de opinião do *Diário da Manhã* que abordam o regime de Vichy têm, na sua esmagadora maioria, um discurso fortemente ideológico que sobrepõe à análise da realidade concreta francesa o panegírico de um sistema político autoritário e corporativo que o órgão da União Nacional considera muito próximo do português.

Porém, e para além da postura oficiosa e abertamente demagógica, já de esperar, verificámos neste artigo que a legitimidade do regime de Vichy é reconhecida.

Embora se façam comentários a propósito da eventual interferência alemã no Governo francês, nunca estes colocam em causa o juízo — subjacente a todos os artigos — de que Vichy é obra de franceses e consistiu na reposição do país no normal curso da sua história heróica (ameaçada de morte pelos vícios do demo-liberalismo), bem como no alinhamento das suas instituições pelas dos países que tinham, já anteriormente, iniciado a construção de uma nova ordem europeia e, nomeadamente, o português.

Por seu turno, e à parte algumas leves alusões, não se comenta a natureza da articulação — prática, mas também institucional — entre a França «livre» e a França ocupada (quase não havendo sequer referências à existência de uma ocupação). Quanto às relações França livre — Alemanha, nas poucas vezes em que merecem uma reflexão, são tidas como complexas, salientando alguns artigos a existência de uma grande pressão dos alemães sobre os actos dos governos de Vichy.

Contudo, a imagem que se dá de Vichy é a de um regime legítimo e familiar ao Estado Novo, ao qual aquele é devedor de valores, para além da própria experiência político-constitucional. Assim, e não obstante alguns artigos claramente germanófilos (que colocam num mesmo plano os regimes de Hitler, Mussolini, Pétain e Salazar), a tónica geral é que Vichy é um caso em tudo semelhante ao português, à excepção do atraso com que levou a cabo a sua revolução nacional — demora que lhe custou a derrota mais humilhante da sua história e ameaças muito concretas à sua integridade como Estado e como Nação. O regime protagonizado por Pétain é visto como um aliado privilegiado na edificação de uma nova ordem europeia de cariz simultaneamente autoritário e cristão, demarcada dos extremos do nazismo e do fascismo (esquecendo, não sem intenção, a violência anti-semita de Vichy).

Assim, a opinião é, regra geral, utilitária: Vichy é comentado por causa e a propósito do salazarismo. Por este motivo, se o reconhecimento da legitimidade daquele regime corresponde, na sua fase inicial, a uma realidade histórica, ela não deixa de ser, basicamente, uma necessidade de propaganda. Só assim se explica que, após a ocupação da totalidade do território francês pelos nazis, a 11 de Novembro de 1942, e até ao final desse ano, o *DM* se abstenha de comentar — ou sequer de mencionar — o fim de Vichy como regime minimamente autónomo. É essa também a principal razão pela qual certos temas menos convenientes para os fins ideológicos dos artigos raramente são objecto de análise. É o caso da apatia e do descontentamento da sociedade francesa. Quanto à interferência alemã nos negócios internos de Vichy e à penúria económica em França, nas poucas vezes em que merecem referência, são apresentadas como consequências do regime democrático anterior, apontado como responsável pela «derrocada».

Estas questões prendem-se ainda com a margem de autonomia da opinião do *DM* face às fontes de informação. Ao contrário de outros jornais portugueses coevos, o órgão da União Nacional limita-se a copiar e glosar os dados fornecidos pelas agências noticiosas (e, dentro destas, sobretudo a *DNB* e a *Havas*, ambas de controlo alemão) e jornais franceses, não se preocupando minimamente em procurar outras

fontes menos comprometidas. Se, com base naquelas fontes, o *DM* produziu apesar de tudo um discurso próprio, esse foi um discurso de propaganda ao Estado Novo a propósito de Vichy. Daí o ar de família que os artigos sobre este regime têm com os editoriais centrados noutros temas/pretextos, para já não falar das semelhanças com a propaganda salazarista noutros meios de comunicação e de difusão ideológica.

É neste contexto que se compreende o extremar violento das posições ideológicas, servidas por um conjunto de processos de caracterização (o uso da história, a adjectivação abundante, as comparações e metáforas de cariz religioso-moralista, as citações de Pétain, Salazar e intelectuais franceses, etc., todos eles associados à omnipresente negação), que acentuam a redução dos valores a um corpo conceptual reduzido, que pode assim influenciar mais eficazmente os leitores. A conseqüente polarização entre os valores negados e os defendidos — em torno do prazer e do sacrifício — reforça estes últimos e facilita a sua utilização pedagógica.

Em síntese, o regime de Vichy mereceu um grande destaque no *Diário da Manhã*, tendo tido honras de primeira página em múltiplos editoriais ao longo do período considerado. A visão que dele forneceu aos seus leitores foi sobretudo ideológica e institucional, dando-lhes uma ideia razoável dos fundamentos ideológicos e do programa político, social e económico do regime. Se as discrepâncias entre o programa e a realidade (desde a incongruência de um país com sérias limitações à sua autonomia pretender levar a cabo uma reforma constitucional até à verdadeira situação económico-social) foram deixadas em claro pelo jornal foi porque Vichy constituiu, para o órgão da União Nacional, essencialmente um bom tema de propaganda.

- ¹ O primeiro esboço de comparação entre os dois regimes deve-se a António Costa Pinto, «'L'État Nouveau' de Salazar et le Régime de Vichy», in Jean-Pierre Azema e François Bederiba (ed.), *Vichy et les Français*, Fayard, pp. 674-688. Cf. ainda Helena Pinto Janeiro, *As relações luso-francesas durante a II Guerra Mundial: breve ensaio*, trabalho efectuado para o seminário de Regimes Políticos e Relações Internacionais na Europa do Séc. XX, orientado pelo Prof. Dr. Medeiros Ferreira, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2º ano do mestrado em História dos Sécs. XIX e XX (secção do Séc. XX), 1992 (texto dactilografado).
- ² O presente artigo retoma, com alterações, o trabalho realizado em 1991 para a cadeira de História Institucional e Política da Europa no Séc. XX, do 1º ano do Mestrado em História dos Sécs. XIX e XX (secção do Séc. XX), regida pelo Prof. Dr. Medeiros Ferreira na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- ³ Cf. Oliveira Salazar, «Fins e Necessidade da Propaganda Política», in O. Salazar, *Discursos e Notas Políticas*, III, 1938-1943, s.l., Coimbra Editora, 1943, pp. 191-211.
- ⁴ Cf. Manuel Braga da Cruz, *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença, s.d..
- ⁵ Apesar de ter imposto um certo controlo ao seu ímpeto, nomeadamente através da censura, de modo a não comprometer a sua posição neutral. Sobre este assunto, cf. Júlia Leitão de Barros, «Anglofilia e germanofilia em Portugal durante a segunda Guerra Mundial», in AAVV, *Portugal na Segunda Guerra Mundial. Contributos para uma reavaliação*, Publi-

cações D. Quixote, Lisboa, 1989, pp. 91-136, e António José Telo, *Propaganda e guerra secreta em Portugal (1939-45)*, Lisboa, Perspectivas e Realidades, 1990.

⁶ Cf. Júlia Leitão de Barros, *art. cit.*

⁷ Cf. *idem, idem*, p. 132.

⁸ É o caso dos cartazes editados pelos organismos oficiais do Estado Novo, por nós anteriormente estudados, que simplificam grosseiramente a história portuguesa, distorcendo-a para fins propagandísticos (cf. nomeadamente Helena Pinto Janeiro e Isabel Alarcão e Silva, «Cartazes de propaganda política do Estado Novo (1933-1949) — Um discurso da negação: a utilização sincrónica da memória histórica», in *A Construção Social do Passado (Actas do Encontro 27, 28 Nov. 87)*, s.l., 1992, pp. 239-261). Sobre a utilização ideológica da história pelo Estado Novo na escola primária, cf. Maria Filomena Mónica, *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar (a escola primária salazarista, 1926-1939)*, «Colecção Análise Social, série A, 5», Lisboa, Editorial Presença/Gabinete de Investigações Sociais, 1978.

⁹ «Entre duas batalhas», *DM*, 04/06/40

¹⁰ Cf. «A derrocada», *DM*, 20/06/40

¹¹ «Lição desta hora», *DM*, 22/06/40, p. 1

¹² Sendo o nacionalismo «(...) um discurso de salvação», tende a reescrever a história de uma forma maniqueísta, na qual «A luta contra o inimigo exterior é acompanhada de uma espécie de purificação do mal interior: assume-se o 'negativo' e este é projectado num alvo externo. A partir daí, é o começo de uma nova era para a comunidade (...)» (José Gil, «Nacionalismo e inovação», in *Prelo*, nº 9, *Nação/Nacionalismo*, Outubro/Dezembro 1985, p. 18).

¹³ São extremamente significativas as semelhanças entre os artigos de opinião do *DM* sobre Vichy e os cartazes de propaganda do Estado Novo (especialmente os cartazes de temática especificamente política). Ambos os discursos se alicerçam maioritariamente sobre a negação de valores e realidades opostas àqueles que defendem. Por outro lado, combatem os dois a história recente (encarnação do demo-liberalismo) como uma interrupção no normal curso das respectivas histórias-pátria, para além de todas as outras experiências democráticas e marxistas (cf. nota 8).

¹⁴ S.a., «Revolução da ordem», *DM*, 21/06/40, p. 1.

¹⁵ «Destinos novos», *DM*, 05/08/40, p. 1.

¹⁶ «Si l'on observe dans une perspective comparée la Constitution du Salazarisme et le projet de constitution de Vichy ils se ressemblent dès le départ sur le plan des principes: la 'nation' légitimée par l'histoire et définie à partir de ses éléments 'organiques', le corporatisme et les valeurs du catholicisme intégriste. Dans le détail, toutefois, le projet de Vichy a poussé plus loin les modèles de représentation corporatifs et les méthodes indirectes et 'organiques' d'élection, bien que, dans la pratique les institutions corporatistes aient rarement dépassé cet état vague. L'objectif a toutefois été le même: 'effacer un siècle d'histoire politique' libéral et démocratique» (A. Costa Pinto, «'L'État Nouveau'...», p. 11).

¹⁷ «A revisão da Europa», *DM*, 14/08/40.

¹⁸ Cf. nomeadamente Satúrio Pires, «Pétain», *DM*, 30/06/40, pp. 1 e 4

¹⁹ D. M. «Consequencias economicas da capitulação da França», *DM*, 17/07/40, p. 1.

²⁰ O artigo de 09/02/41, intitulado «Claro-Escuro» (*DM*, p. 6), salienta a diferença de posições entre Pétain e Laval, numa altura em que este último se encontrava em Paris, onde a sua presença era utilizada pelos alemães como arma de pressão sobre Pétain. Por seu turno, um outro artigo comenta a reentrada de Laval no Governo, em Abril de 42 — desta vez como presidente do conselho — como uma tentativa de os franceses obterem as boas graças dos alemães (Cf. D. S., «Novo rumo», *DM*, 19/04/42, p. 1).

²¹ Cf. D. S., «Darlan», *DM*, 27/12/42, p. 6.

²² Cf., nomeadamente, «A revisão da Europa», *DM*, 14/08/40, já acima comentado, e D. S., «Claro-Escuro», *DM*, 09/02/41, pp. 1 e 6. No que respeita à questão da interferência alemã na governação de Vichy, esta última crónica não tem dúvidas em afirmar que, «desde o dia em que a França confessou a derrota e depôs as armas, vimos assistindo a um

espectáculo confuso de política interior que atinge, por vezes, o domínio do inverosímil. Seria mesmo inexplicável o que se tem passado se o considerássemos no simples plano da política interna e abstraíssemos do seu carácter essencial de projecção dos interesses exteriores». Comenta ainda que «entre Paris e Vichy negocia-se como entre potências estrangeiras. Laval, representando a corrente de adesão à política do Eixo e tendo atrás de si a Alemanha, formula exigências que são ultimatatos e o marechal Pétain resiste, firmando-se na posição criada pelo Armistício».

- ²³ Cf. D. M., «A Lorena», *DM*, 10/12/40, p. 4.
- ²⁴ «Claro-escuro», *DM*, 09/02/41, p. 6.
- ²⁵ Cf. D. S., «A morte de uma Armada», *DM*, 29/11/42, p. 1.
- ²⁶ Cf. D. S., «Transferência de poderes», *DM*, 03/08/41, p. 1 («O Governo de Vichy acedeu gentilmente às reivindicações nipónicas, abandonando ao Japão a defesa da Indochina») e a crónica de 29/09/40 (*DM*, p. 5).
- ²⁷ «Norte de África», *DM*, 15/11/42, p. 4.
- ²⁸ Cf. «Consequências económicas da capitulação da França», *DM*, 17/07/40, p. 1.
- ²⁹ Cf. «A população francesa e o regresso à terra», *DM*, 14/09/40, pp. 1 e 4.
- ³⁰ «Novos métodos orçamentais em França», *DM*, 27/11/40, p. 1. Cf. ainda o artigo de Augusto da Costa, « regresso à terra », *DM*, 19/10/40, p. 1.
- ³¹ Citado in J. A., «A nova França e a França de sempre», *DM*, 09/05/42, p. 1.
- ³² Como defende Joaquim Saldanha, num inflamado artigo intitulado «Rumo da França», *DM*, 21/08/40, p. 1.
- ³³ Sobre a questão da educação, cf. J. A., «Duas gerações», *DM*, 11/01/42, p. 1 e, do mesmo autor, «Caminhos da juventude», *DM*, 14/10/42, p. 1 e o editorial intitulado «A nova França e a França de sempre», acima citado.
- ³⁴ «A revisão da Europa», *DM*, 14/07/40, p. 1.
- ³⁵ Cf. «Novos métodos orçamentais em França», *DM*, 27/11/40, p. 1.
- ³⁶ Cf. Denis Peschanski, «Vichy au singulier, Vichy au pluriel — Une tentative avortée d'encadrement de la société (1941-1942)», in *Annales ESC*, Mai-Juin 1988, n° 3, pp. 639-661.
- ³⁷ J. S., «O momento radiofónico», *DM*, 08/07/40, p. 6.
- ³⁸ Cf. Pierre Assouline, «La guerre des propagandes» in *L'Histoire*, n° 129 (spécial), *L'Année 1940: La Guerre, L'Exode, Vichy*, Janeiro 1990, pp. 110-119, e D. Peschanski, citado na nota 36.
- ³⁹ D. M., «A população da França e o regresso à terra», *DM*, 14/09/40, p. 1.
- ⁴⁰ «A 'Ordem Nova' em França», *DM*, 06/09/41, p. 1.
- ⁴¹ «A nova França e a França de sempre», *DM*, 09/05/42, p. 1.
- ⁴² D. S., «Claro-escuro», *DM*, 09/02/41, p. 1.
- ⁴³ Cf., p. ex., «Política de sacrifício», *DM*, 08/08/40, p. 1, e «O exemplo de Portugal em França», *DM*, 29/05/41, p. 6, entre muitos outros artigos sobre a situação francesa que têm como objectivo, explícito ou implícito, apresentar o Estado Novo de Salazar como lição para os franceses.
- ⁴⁴ «Revolução da ordem», *DM*, 21/06/40, p. 1.
- ⁴⁵ «Política de sacrifício», *DM*, 08/08/40, p. 1.
- ⁴⁶ Cf. o editorial de 02/10/42, da autoria de J.A., subordinado ao tema «O problema da força», em que se defende o uso da força, desde que subordinada à ética.
- ⁴⁷ D. M., «A população da França e o regresso à terra», *DM*, 14/09/40, p. 4.
- ⁴⁸ D. M., «Consequências económicas da capitulação da França», *DM*, 17/07/40, p. 1.